

Dono da Ultrafarma e outros seis são denunciados por corrupção fiscal

Empresários e ex-auditores são acusados de participar de esquema de corrupção

O Ministério Público de São Paulo, por meio do Grupo de Atuação Especial de Repressão aos Delitos Econômicos (GEDEC), ofereceu denúncia nesta quarta-feira (4) contra sete pessoas envolvidas em um esquema de corrupção que teria beneficiado uma grande rede de farmácias por meio de fraudes em créditos tributários. A investigação faz parte da Operação Ícaro, deflagrada em agosto de 2025, e apura irregularidades em procedimentos de resarcimento de ICMS-ST junto à Secretaria da Fazenda do Estado.

Entre os denunciados está Aparecido Sidney de Oliveira, proprietário da rede de farmácias Ultrafarma. Além dele, outras pessoas, entre empresários e ex-auditores fiscais, também foram denunciadas por envolvimento direto no esquema.

Segundo o Ministério Público, entre os anos de 2021 e 2025, auditores fiscais teriam solicitado e recebido vantagens indevidas para favorecer a empresa em processos administrativos de resarcimento de créditos tributários. Em troca, os agentes públicos teriam acelerado análises, facilitado trâmites internos e ainda inflado os valores devolvidos pelo Estado, gerando prejuízo expressivo aos cofres públicos, estimado preliminarmente em mais de R\$ 327 milhões.

Na denúncia, o MPSP afirma



Segundo MPSP, auditores teriam solicitado e recebido vantagens para favorecer a empresa

que os representantes da empresa “ofereceram e prometeram vantagem pecuniária indevida a funcionários públicos para que estes infringissem seus deveres funcionais, auxiliando na liberação e no aumento indevido dos créditos tributários”. O órgão também destaca que o esquema envolvia a manipulação técnica de arquivos digitais apresentados à Fazenda estadual, o que permitia a aprovação irregular dos pedidos e a posterior comercialização desses créditos com terceiros.

Ainda de acordo com os

promotores, os pagamentos de propina ocorriam principalmente em dinheiro e estavam diretamente vinculados à liberação ou manutenção dos benefícios fiscais concedidos de forma irregular. Mensagens e outros elementos reunidos na investigação indicam encontros para entrega dos valores ilícitos.

Para o GEDEC, o dono da rede de farmácias tinha conhecimento do esquema e dos atos de corrupção que favoreceram a empresa ao longo dos anos. A denúncia é assinada pelos promoto-

res João Ricupero, Roberto Bodini, Murilo Perez e Igor Bedone.

Operação Ícaro

A Operação Ícaro é fruto de uma investigação conduzida pelo Ministério Público de São Paulo, por meio do GEDEC, que apurou um esquema estruturado de corrupção envolvendo agentes públicos e representantes da iniciativa privada. Segundo o MP, o grupo atuava de forma organizada para manipular procedimentos administrativos de resarcimento de créditos tributários na

Secretaria da Fazenda estadual, utilizando artifícios técnicos e documentação digital para viabilizar liberações irregulares. A investigação identificou que os processos eram acelerados e os valores, artificialmente inflados, gerando benefícios milionários à empresa favorecida. Em contrapartida, os auditores fiscais recebiam vantagens indevidas, em sua maioria em dinheiro, em troca de decisões administrativas fraudulentas. Para o Ministério Público, o esquema funcionou de maneira contínua ao longo de vários anos, causando prejuízo expressivo aos cofres públicos e comprometendo a lisura dos mecanismos de controle fiscal do Estado.

Dono é rosto da marca

Além de fundador e proprietário da Ultrafarma, Aparecido Sidney de Oliveira construiu a imagem da rede tendo a si próprio como principal representante público da empresa. O empresário aparece com frequência em campanhas publicitárias, peças promocionais e nas redes sociais da marca. Nos últimos anos, o grupo também passou a utilizar o nome do empresário em novas unidades e ações comerciais.

O Correio da Manhã entrou em contato com a defesa de Aparecido Sidney de Oliveira e com a Ultrafarma em busca de posicionamento, mas não obteve retorno.

Celulares roubados passam a ser notificados em São Paulo

Divulgação Governo de SP



Iniciativa faz parte do programa SP Mobile, criado em 2025

A Secretaria da Segurança Pública de São Paulo firmou parceria com a Meta para o envio de notificações para celulares com restrição criminal. A iniciativa prevê que a Polícia Civil realize o disparo das intimações por um número verificado.

A tecnologia visa superar obstáculos enfrentados nas etapas anteriores. A parceria também estabelece o emprego da Interface de Programação de Aplicações, da Meta, para assegurar a efetividade das notificações, contornando os bloqueios automáticos que estavam comprometendo e restringindo o avanço dos trabalhos.

A partir da parceria, cerca de 2 mil notificações estão sendo encaminhadas nesta semana para celulares com queixas criminais. Os intimados deverão comparecer à delegacia indicada

no documento dentro do prazo estabelecido para prestar esclarecimentos.

O objetivo é dificultar a circulação de aparelhos com restrição ou de origem criminosa que foram reativados por terceiros. O programa já recuperou 17,5 mil

celulares, restituindo 5,9 mil aparelhos às vítimas e enviando mais de 5,4 mil notificações.

A SSP orienta que ao receber uma notificação, via WhatsApp ou SMS, é necessário seguir os procedimentos oficiais para regularizar sua situação.

Dobro de operações contra álcool ao volante

O combate à alcoolemia foi reforçado pelo Detran-SP neste início de ano. Ao todo, foram realizadas 115 operações contra a combinação de álcool e volante no estado, nas quais 67.419 veículos foram parados para que seus motoristas fossem convidados a soprar o etilômetro ou bafômetro. Em número de operações, houve crescimento de 155%, já o montante de veículos abordados aumentou em 141% na comparação com janeiro de 2025.

O número de operações contra alcoolemia em janeiro de 2024, por exemplo, foi de 30 (283% a menos que neste ano), com 20.488 veículos fiscalizados (229% menos).

O ano de 2025 inteiro contou com 1.271 ações em todo o Estado, num total de 781.117 motoristas abordados, ante 565 operações e 401.713 veículos

em 2024 – alta de 125% e 94%, respectivamente. Na comparação entre 2025 e 2023, o aumento é ainda mais expressivo: 173% e 227%.

O crescimento em 2025 decorre principalmente de uma estratégia de integração institucional, com uma reorganização do planejamento e o fortalecimento das ações coordenadas com parceiros, como Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, que já possuem capilaridade territorial e presença permanente nas vias.

“Quando o motorista percebe que a chance de fiscalização é real, constante e não concentrada apenas em alguns pontos ou períodos, o comportamento tende a mudar”, afirma Anderson Poddis, diretor de Fiscalização de Trânsito do Detran-SP.